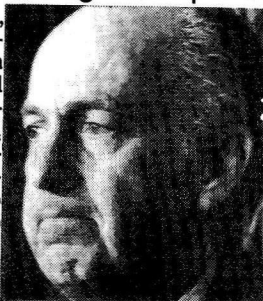


Bresser hoje no Senado. A dívida ganha sua proposta final.

As linhas gerais já estão definidas. E uma vez aceitas, há ainda a possibilidade de os senadores acrescentarem outras sugestões.

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira (foto), apresenta hoje à comissão especial da dívida do Senado Federal, em primeira mão, a íntegra de sua proposta de renegociação da dívida. Acompanhado pelo presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e do assessor especial para renegociação,



Nação precisa estar preparada para conviver, durante um período incerto, com o jogo duro da renegociação, concluiu Chiarelli.

Sondagem

Os bancos credores podem capitalizar quase a totalidade dos juros devidos este ano pelo Brasil, desde que a mo-

ratória seja levantada através de um pagamento simbólico de parte dos juros. Esta fórmula foi apresentada, como de sondagem, pelos bancos credores ao ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser Pereira, na semana passada, confirmou ontem um auxiliar do ministro. O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, negou a informação, quando chegava à casa de Bresser Pereira ontem à tarde, mas segundo a mesma fonte os dois discutiram o assunto e repassaram a proposta de renegociação que será apresentada aos bancos credores na próxima sexta-feira.

Após a reunião de mais de duas horas, Milliet deixou a casa de Bresser sem atender os jornalistas. O presidente do Banco Central adotou a mesma atitude no sábado, quando também se encontrou com Bresser e os diretores da área externa e de dívida externa do Banco Central, respectivamente Carlos Eduardo de Freitas e Antonio de Pádua Seixas. Participaram também do encontro de sábado o secretário especial de assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, Yoshiki Nakano, e o assessor especial de Bresser Pereira, Fernão Bracher.

Nos encontros do final de semana, a sondagem dos bancos credores foi analisada e chegou-se à conclusão de que o Brasil poderá discutir a capitalização dos juros durante a retomada das renegociações, mas sob uma condição: desde que os bancos aceitem refinar a parte dos juros relativos a 1987 que não seriam incluídos no processo de capitalização.

Da proposta formal que será apresentada ao comitê de bancos credores consta a conversão voluntária de parte da dívida em títulos com desconto.

Hoje, o ministro da Fazenda deverá antecipar alguns detalhes da proposta de renegociação, durante reunião da comissão especial da dívida externa do Senado. Sua versão final será apresentada ao presidente José Sarney amanhã por Bresser Pereira, na véspera de seu embarque para os Estados Unidos.

Fernão Bracher, Bresser Pereira deverá expor o plano e discuti-lo com os senadores, acatando eventuais sugestões compatíveis com o espírito da proposta, desde que esta seja aceita.

O presidente da comissão especial do Senado, Carlos Chiarelli, informou, ontem, que a reunião será secreta e, pela primeira vez na história do País, a categoria política estará sabendo o que o Brasil proporá aos seus credores, sem que o fato esteja consumado. "Antes, só sabíamos que estava havendo negociações e monitoramento quando a dona Ana Maria Jull chegava ao Brasil", ironizou o senador.

A grande importância do fato, segundo Chiarelli, está em que Bresser terá sua posição fortalecida pela aprovação do Congresso Nacional, da categoria política que representa a Nação. Este respaldo dará a Bresser maior autoridade para negar-se a aceitar imposições inaceitáveis e delinear os limites das possibilidades brasileiras de pagamento.

O peso da dívida externa corresponde a dois terços do déficit público, que é a principal causa da inflação. Por isso, embora o assunto dívida externa não mobilize intensamente a opinião pública de maneira geral, ela está entrando a cada dia, em cada lar brasileiro, via inflação, afirmou o senador.

A estratégia da negociação, adiantou Chiarelli, será a apresentação de uma proposta "convencional" em relação a parte dos débitos, na tentativa de obter os mais baixos encargos possíveis. Outra parcela do débito, no entanto, deverá ter um tratamento inovador e criativo, como bônus de saída, transformação da dívida em investimentos ou limitação de pagamento a percentual do produto interno.

O importante, afirmou Chiarelli, é que o Brasil possa manter um nível suficiente de investimentos que permita o crescimento do País, gerando empregos e aumentando a renda per capita dos brasileiros. A